

DECRETO N° 2.935/2015

Súmula: Declara situação anormal e de EMERGÊNCIA, caracterizada como situação de vulnerabilidade as áreas do município afetadas pelo vendaval, com chuvas torrenciais, ocorrido na noite do dia 27/09/2015, nos perímetros urbano e rural.

CELSONO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 04/08/2010, e pela Resolução nº 3, de 02/07/1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil;

Considerando o vendaval, acompanhado de chuvas torrenciais, que atingiu o município na noite do dia 27/09/2015, ocasionando destelhamentos em diversas residências e estabelecimentos comerciais,

Considerando que várias famílias tiveram suas casas destelhadas e/ou destruídas, ficando desabrigadas, e que necessitam do amparo imprescindível do Poder Público, a fim de arcarem com os ônus imprevisíveis da reparação de suas casas de moradias, seriamente danificadas pelo referido intempérie;

Considerando que o município tem necessidade iminente de prestar auxílio a essa população vitimada por essa tragédia;

Considerando, finalmente, que o município necessita recorrer aos órgãos dos poderes do Estado e da União para obter recursos financeiros visando ao atendimento das pessoas prejudicadas e à reparação dos danos causados,

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a existência de anormalidade, provocado pelo vendaval extemporâneo, acompanhadas de fortes chuvas na noite do dia 27/09/2015, e caracterizada como situação de EMERGÊNCIA.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º - Deverá a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, havendo necessidade ceder os espaços das escolas públicas para abrigar as vítimas desse desastre natural, podendo inclusive suspender as aulas do ensino da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 4º - Deverá também a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizar pessoal a posto para atender as vítimas que necessitarem de procedimentos médicos, exames diversos, internamentos e medicamentos.

Art. 5º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de Bandeirantes(PR), sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de resposta aos desastres, após adaptado à situação real do ocorrido.

Parágrafo Único - Comunique-se imediatamente a Defesa Civil Municipal, ao Ministério Público e ao Chefe do Poder Legislativo e Judiciário.

Art. 6º - Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de respostas aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo mesmo.

Art. 7º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 8º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processo de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e, o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais, será apoiado pela comunidade.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2015.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal